

Márcio Alvarenga Junior¹ |
 Fernando Augusto Mansor de Mattos² |

O conceito de socialização das perdas e seu papel na discussão da questão distributiva na obra *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado

RESUMO

Este ensaio pretende trazer para a superfície de análise a questão da distribuição de renda na obra *Formação Econômica do Brasil*, demonstrando como essa temática dialogava com a estrutura produtiva do país e com a restrição externa. Por meio da concepção do conceito de “socialização das perdas”, Furtado revela como as características estruturais da economia primário-exportadora promoviam uma maneira desigual de apropriação da renda durante os ciclos econômicos da economia global. Neste ensaio, os autores oferecem uma proposta de interpretar o conceito de socialização das perdas de uma forma mais abrangente do que aquelas mais evidentes embutidas na mudança de preços relativos promovida pela desvalorização cambial, quando renda das classes assalariadas urbanas são distribuídas em favor do setor exportador. Levando em conta elementos da própria formulação de Furtado, o ensaio amplia a percepção do conceito de “socialização das perdas”, revelando aspectos distributivos regressivos relacionados aos efeitos do sistema tributário e fiscal sobre as classes sociais, as unidades da federação e os setores de atividade.

Palavras-chave

Celso Furtado; *Formação Econômica do Brasil*;
 Socialização das perdas; Economia cafeeira.

ABSTRACT

*This essay means to bring to light, for the purpose of analysis, the question of income distribution as discussed in the work *Formação Econômica do Brasil*, showing clearly the interaction between this issue and both Brazil's productive structure and its external restrictions. In having conceived the concept of “socializing losses”, Furtado reveals how the structural characteristics of an economy based on primary exports encouraged an unequal appropriation of income during the economic cycles of the global economy. Through this essay, the authors offer an alternative for understanding the concept of socializing losses that goes beyond those more clearly entrenched in relative price changes caused by currency devaluation, when the income of urban wage earners is distributed in favor of the export sector. By taking into account elements of Furtado's own formula, this essay broadens our understanding of the concept of “socializing losses” by highlighting certain regressive aspects of distribution related to the effects of the tax and fiscal system on the different social classes, the units of the federation and the working sectors.*

Keywords

*Celso Furtado; *Formação Econômica do Brasil*;
 Socializing Losses; Coffee Economy.*

1. Economista pela UFRJ e mestre em economia pela UFF (Universidade Federal Fluminense).

2. Professor/pesquisador do programa de pós-graduação da Faculdade de Economia da UFF. Mestre e doutor pelo Instituto de Economia da Unicamp. Ex-assessor da presidência do Ipea (entre 2008 e 2011). Membro do Núcleo de Estudos em Economia Brasileira (NEB), da Faculdade de Economia da UFF. E-mail: fermatt1@hotmail.com

3. Os autores agradecem ao economista Carlos Pinkusfeld Bastos (UFRJ) por inúmeros comentários feitos a um rascunho preliminar deste artigo, alguns dos quais foram incorporados na atual versão (os que não foram incorporados não se devem a discordâncias, mas ao fato de que fugiam aos propósitos limitados deste artigo). É imperioso ressaltar, de todo modo, que os autores o isentam de quaisquer imprecisões ainda remanescentes na versão aqui formulada.

4. A abolição do trabalho escravo é de suma importância na análise sobre o desequilíbrio externo proposta por Furtado (1959), pois, segundo o autor, a fonte do desequilíbrio tem início quando a demanda por moeda começa a crescer em ritmo mais acelerado que as exportações. Não obstante, quando se altera o regime de trabalho do servil para o livre, as elevações nas receitas de exportações passam a promover, também, um aumento na massa de salários. Ocorre, pois, que essa nova parcela da renda monetária encontrará destinação no consumo de bens e serviços, muitos dos quais importados. Deste modo, o efeito líquido das alterações no *quantum* exportado sobre o balanço de pagamentos dependerá do tamanho do multiplicador de gasto e do coeficiente de importação da economia. Enquanto o primeiro determinará o valor da renda gerada em virtude das alterações no valor das exportações, o segundo dirá o quanto dessa renda fluirá para fora das fronteiras da economia doméstica sob a forma de importação de bens e serviços.

Introdução³

A distribuição de renda certamente não era o tema central do esforço analítico que Furtado depositou em sua *Formação Econômica do Brasil*, doravante referida simplesmente como FEB. Entretanto, em algumas passagens da sua obra seminal, o autor deu à problemática da distribuição uma atenção inegável, sobretudo no período que vai do último quartel do século XIX até o desfecho da crise dos anos 1930. É nesse interregno que o país supera as amarras do trabalho servil e desponta como uma economia primário-exportadora fundada em relações de trabalho tipicamente capitalistas.⁴

Mesmo ganhando espaço na discussão sobre o período, o tema da distribuição de renda não aparece sem boa dose de colateralidade, submetido ao verdadeiro foco da obra, que recai sobre a compreensão de como a inserção da economia brasileira no mercado internacional atrofiava o raio de manobra das estratégias de desenvolvimento econômico, notadamente por causa da presença crônica da restrição externa. Nesse sentido, na obra *Formação Econômica do Brasil*, a análise de Furtado sobre o período acima mencionado estava muito mais centrada na tentativa de demonstrar o caráter estruturalmente assimétrico do padrão ouro-libra e o constante flerte da economia brasileira com as crises no balanço de pagamentos.

É justamente nesse ponto em que a questão da inserção internacional se aproxima do tema da distribuição de renda. Não obstante Furtado estar muito mais preocupado com as assimetrias do padrão ouro-libra expressas na relação centro-periferia, sua obra não estava alheia aos efeitos distributivos provocados pelas recorrentes crises externas, que tinham na taxa de câmbio o elemento explicativo de como a renda era apropriada pelos diversos setores da sociedade nos períodos de contração econômica. Tendo em vista esse papel desempenhado pela taxa de câmbio, torna-se fundamental a compreensão das razões pelas quais a inserção internacional da economia brasileira sob a égide do padrão ouro-libra traduzia um convite irrecusável à crise no balanço de pagamentos, para, a partir de então, tratar dos efeitos distributivos dessas crises em linha com o que compreende o “estruturalismo” de Furtado, conforme lembra Bielschowsky (2009; 2010).

O objetivo central deste artigo é trazer para a superfície de análise a questão da distribuição de renda na obra de Furtado, demonstrando como esse elemento dialogava com a estrutura produtiva do país e, por conseguinte, com a restrição externa. Em outros termos, busca-se demonstrar como as

características estruturais da economia primário-exportadora promoviam uma maneira bastante desigual de apropriação da renda durante os ciclos econômicos da economia global. Embora os autores reconheçam uma série de incoerências lógicas no pensamento de Furtado em seu processo de explanação sobre a distribuição de renda na economia cafeeira, sua pontuação e correção fogem ao escopo deste trabalho.

1. A tendência ao desequilíbrio externo e o constante flerte da economia brasileira com a desvalorização cambial

Um dos aspectos centrais da explanação furtadiana sobre a tendência ao desequilíbrio externo reside na constatação de que o ônus do bom funcionamento do padrão ouro-libra era repartido de forma desigual entre os países, cabendo às economias periféricas um custo relativamente maior e, muitas vezes, insustentável. Para o bom funcionamento do sistema, havia a necessidade de que os países dispusessem de moeda conversível em montante suficiente para financiar o comércio internacional no curto prazo. Em outros termos, cada país deveria dispor de uma quantidade de reservas pelo menos tão grande àquela necessária para cobrir eventuais desequilíbrios nos seus balanços de pagamentos, haja vista que o superávit de um país implica necessariamente no déficit de outro.⁵

A quantidade com que cada país deveria contribuir estava diretamente relacionada à sua participação no comércio internacional e à magnitude das oscilações no saldo do seu balanço de pagamentos. Ocorre, pois, que, para as economias primário-exportadoras, a participação do comércio internacional na composição de seu produto era inquestionavelmente alta em comparação com os países industrializados. Enquanto suas importações perfaziam parte significativa da oferta agregada, suas exportações constituíam o elemento dinamizador da economia. É precisamente nesse ponto que residia uma das dimensões da própria fragilidade desses países, pois, dadas tais características, economias desse tipo encontravam-se muito mais sujeitas a oscilações abruptas em suas contas externas. Desta forma, a operacionalidade do padrão ouro-libra demandava um esforço muito maior — expresso na forma de estoque de moedas conversíveis — por parte dos países periféricos, como o Brasil.⁶

A fragilidade externa latente da economia brasileira, e que por vezes desagrava em severas crises no balanço de pagamentos, tinha origem bem delimitada na obra de Furtado. Para o autor, as assimetrias do padrão ouro refletiam em grande medida as relações de comércio desiguais, nas quais a pauta (limitada) de exportação e os coeficientes de elasticidade-renda das importações desempenhavam um papel fundamental. Esta forma de entender a operacionalidade desigual do sistema se apresentou como decorrência lógica de

5. Pesquisas feitas anos depois acrescentam alguns aspectos às posições críticas de Furtado a respeito do funcionamento do padrão-ouro, em que o autor postula que os ônus maiores dos chamados ajustamentos do padrão-ouro recaíam sobre os países periféricos. Triffin (1964), por exemplo, sem negar a essência da contribuição original de Furtado, destaca que nem mesmo nos países centrais o chamado padrão-ouro funcionou, na prática, conforme se apresentava nos livros-texto. O autor destaca, entre outros argumentos, que não se sustentava teoricamente a ideia de que a elasticidade-preço tivesse o poder “ajustador” postulado pela teoria; além disso, Triffin revela aspectos empíricos que derrubam as teses de ajustamento automático do padrão-ouro. Sugere-se também leitura de Cecco (1979).

6. No caso de países como o Brasil, o problema se acentuava pelo fato dos preços das *commodities* serem muito oscilantes, o que tendia — junto a outros fatores estruturais — a contribuir para os recorrentes problemas de balanço de pagamentos brasileiro.

7. Deve-se ressaltar que a inclusão da conta capital se deu de forma completamente subordinada ao fluxo de comércio internacional. Na análise de Furtado, as reversões cíclicas tinham início no processo de queda das inversões nos países centrais. A retração no nível de investimento tendia de imediato a levar o adiamento ou mesmo cancelamento das importações de insumos primários e, em um segundo momento, a uma maior contração das importações em vista dos efeitos dinâmicos da queda no nível das inversões produtivas sobre a renda agregada. O contágio do circuito industrial para o financeiro, elo fundamental da subordinação acima mencionada, emergia da decisão das firmas em liquidar seus ativos. Isto é, ao invés de reinvestirem na periferia os lucros ali auferidos, nos momentos de crise, quando a incerteza aumentava substancialmente, as matrizes optavam pela repatriação desses recursos. Para os países centrais, as reversões de ciclos estavam, por isso, associadas à melhora nos termos de troca e das contas de capital do balanço de pagamento. Por sua vez, na periferia esses momentos eram marcados por uma piora nos termos de intercâmbio e por um comportamento adverso do fluxo internacional de capitais. Para mais detalhes, ver Bastos (2008; 2009), inclusive no que se refere ao fato, segundo Bastos (2008; 2009) subestimado por Furtado, de que os fluxos financeiros tinham papel fundamental na reversão dos ciclos e em seus efeitos sobre a taxa de câmbio.

8. Ou seja, no mundo real, e não naquela situação descrita nos livros-texto sobre o suposto funcionamento do padrão ouro-libra.

9. Furtado (1978), também em outra obra, deixa clara a sua posição sobre a assimetria dos ônus que as crises internacionais

uma obra que se prendia à estilização do esquema centro-periferia dividido entre países com crescimento econômico voltado para dentro (*hacia adentro*) e países cuja principal engrenagem do crescimento econômico se localizava no setor externo (*crecimiento hacia fora*).

Embora afeito a uma estilização que priorizava os fluxos de comércio internacional para explicar a repartição desigual do ônus do padrão ouro-libra, Furtado (1959) alçou sua obra a outro patamar ao atentar para a importância do comportamento perverso dos fluxos de capital durante as reversões cíclicas da economia global.⁷ Para o autor, não apenas a deterioração dos termos de troca se asseverava como fonte real de dificuldades para os países periféricos nos períodos de crise, mas os próprios fluxos de capitais, que se portavam no sentido de aprofundar os desajustes no balanço de pagamentos. Nesse sentido, as repatriações de capital por parte de empresas desejosas em manter-se líquidas em moeda forte questionavam de forma mais veemente as possibilidades de se equilibrar as contas externas, amplificando os dissabores das políticas econômicas de caráter corretivo (BASTOS, 2008; 2009; 2010).

Em tese, a correção dos (nem tão) eventuais desequilíbrios externos no padrão ouro-libra dar-se-ia de forma automática, na qual o vetor de preços relativo se portaria solidariamente. Caso o valor das importações de um país excedesse o valor de suas exportações em um dado período, e daí sucedesse um desequilíbrio em seu balanço de pagamentos, esse país ver-se-ia obrigado a transferir reservas metálicas ou moeda conversível para o resto do mundo. Ante esta perda, as reservas conversíveis experimentariam a elevação de seu preço *vis-à-vis* aos preços das demais mercadorias. Este processo deflacionário que se desenrolaria na economia doméstica promoveria uma desvalorização da taxa de câmbio real — embora a taxa nominal permanecesse fixa —, sendo, portanto, funcional para aumentar as exportações (FURTADO, 1959).

A rigor, na prática⁸ os ajustes eram bem mais traumáticos do que se supunha, pelo menos para o caso da economia brasileira.⁹ Como dito acima, as reservas internacionais necessárias para financiar os déficits no balanço de pagamento eram, em termos relativos, substancialmente maiores. Deste modo, quando se deflagrava qualquer crise externa, a perda de reservas no Brasil era quase sempre expressiva, de modo que a contração dos meios circulantes em decorrência do câmbio fixo gerava graves fissuras sobre a disponibilidade de crédito no país.¹⁰ Assim sendo, além das variações no vetor de preço, na periferia o ajuste também se dava pela contração da renda, tendo em consideração seus efeitos sobre a queda das importações.

Tão relevante quanto o tamanho da contração dos meios circulantes era a tendência ao comportamento crítico das contas externas brasileiras. Essa tendência teria origem, segundo a abordagem de Furtado (1959), em um desajuste temporal que se revelava no momento de eclosões de crises nas economias

centrais. Os processos recessivos com origem externa contagiavam invariavelmente a economia brasileira, seja pelo lado real ou pelo circuito financeiro.¹¹ O contágio, segundo Furtado (1959), embora certo, não era imediato, dada a defasagem a que se refere o autor, em passagens de FEB. Em razão do multiplicador de gastos autônomos, era comum que a economia brasileira no início das crises externas¹² ainda se encontrasse sob algum efeito multiplicativo da renda, cuja origem remetia ao crescimento do *quantum* exportado¹³ nos idos do já póstumo período de expansão da economia global anterior.

Fato é que, ainda segundo a abordagem de Furtado em FEB, uma vez deflagrada a crise nos países centrais, os preços das *commodities* iniciavam logo sua trajetória de queda, enquanto os efeitos recessivos demoravam algum tempo para se materializar internamente, e com ele o processo de ajustamento do balanço de pagamentos também tardava a acontecer. O resultado desse descasamento temporal era fatal para as contas externas, tal qual revelou Furtado (1959):

Existia, portanto, uma etapa intermediária em que a procura de importações continuava crescendo se bem que a oferta de divisas já se houvesse reduzido drasticamente. Nessa etapa é que caberia mobilizar as reservas metálicas. Estas, entretanto, teriam de ser de grandes proporções para que funcionasse o mecanismo do padrão-ouro, não somente porque a participação das importações no dispêndio total da coletividade era muito elevada e as flutuações da capacidade de importar muito grandes, mas também porque numa economia desse tipo a conta de capital da balança de pagamentos se comportava adversamente nas etapas de depressão. (*Ibid.*, p. 158)

Nas economias industrializadas, o processo de ajustamento não seguia dessa maneira, de acordo com a interpretação de Furtado em FEB. As crises, segundo Furtado, eram resultado da contração das inversões produtivas, que tinha por efeito a redução imediata da demanda agregada, além de uma série de efeitos recessivos secundários. Uma vez instaurada a crise, os importadores (dos países centrais), munidos da expectativa de queda na procura por seus produtos, procediam prontamente à suspensão de suas encomendas, por bens primários produzidos na periferia do capitalismo. Não é difícil entender o motivo pelo qual os preços desses produtos (*commodities*) despencavam ao menor sinal de contração da atividade econômica nos países centrais.¹⁴ Ademais, é sempre importante notar que, nos momentos de crise, o comportamento do fluxo de capital era benéfico às nações industrializadas,¹⁵ que em sua condição credora tinham débitos a receber, e não a pagar, conforme lembra Bastos (2008).¹⁶

Por fim, outra característica marcante do ajuste do padrão ouro-libra ficava a cargo da tendência à piora nos termos de troca da periferia. Isto porque, no esquema centro-periferia, o alto grau de essencialidade que as importações possuíam na composição da oferta agregada para os países periféricos não

faziam recair sobre os países, de acordo com a posição por eles ocupada na divisão internacional do trabalho, em virtude das diferenças existentes entre as respectivas estruturas produtivas. Ademais, o próprio fato de ter uma estrutura produtiva especializada em um produto primário voltado à exportação condenava países como o Brasil a ter sobre si os maiores ônus diante de uma crise internacional, conforme fica claro na passagem abaixo:

*Nas economias de estrutura produtiva diversificada, caracterizadas por certa substituíbilidade entre importações e produção de origem interna, uma brusca redução das exportações causada por fatores exógenos poderia, até certo ponto, ser compensada por um aumento da oferta interna. Um manejo adequado das reservas monetárias e de linhas de crédito no exterior, bem como uma política criteriosa de expansão interna, podiam ser suficientes para orientar a atividade produtiva no sentido de abrir novas linhas de exportação e atender aos setores não satisfeitos da demanda interna. Em outras palavras, os automatismos do Gold Exchange Standard podiam ser corrigidos, a fim de evitar os seus efeitos depressivos internos mais graves, sem que fossem totalmente abandonadas as suas regras. Ora, nas economias especializadas na exportação de matérias-primas, o problema se apresentava de forma diversa, em razão da rigidez da oferta do setor exportador e da incompressibilidade das importações. (*Ibid.*, p. 105-106).*

10. Para mais, vide Alvarenga Jr. & Mattos (2013).

11. Tal qual ressaltou Bastos (2008), o padrão ouro-libra “foi essencial para vincular periferias devedoras e exportadoras de bens primários aos centros financeiros e industriais”. Nesse esquema centro-periferia, a economia brasileira se inseriu como receptora de empréstimos

internacionais, que serviam para cobrir déficit estrutural em transações correntes. Deste modo, o contágio poderia ocorrer ou pelo circuito real, via retração do *quantum* exportado, bem como pela deterioração dos termos de troca, ou pelo circuito financeiro, em razão do estancamento da liquidez internacional que impedia o refinanciamento da dívida externa. O processo de equilíbrio no balanço de pagamentos tornava-se ainda mais desafiador quando das crises internacionais irrompiam abruptas e massivas fugas de capitais.

12. No início das crises, os efeitos, em termos de redução do preço internacional das *commodities*, eram imediatos.

13. As exportações do período anterior à eclosão da crise ainda se refletem em efeitos multiplicadores sobre a renda interna em períodos seguintes, gerando, por sua vez, efeitos positivos em termos de importações, segundo a abordagem de Furtado em FEB.

14. Ou, para ser mais preciso: por diversas razões, entre as quais se inclui a diferença existente entre as respectivas estruturas sindicais do centro e da periferia, os preços das *commodities* caíam mais do que os preços dos produtos industrializados quando havia uma reversão do ciclo econômico internacional.

15. E adverso para as economias periféricas, segundo Furtado, conforme se depreende da citação destacada acima.

16. Olhando pela perspectiva da periferia, tem-se que nos momentos de crise tanto as transações correntes quanto a conta capital apontavam para a direção da deterioração do saldo no balanço de pagamento.

encontrava reciprocidade nos países centrais. Deste modo, nos momentos de crise internacional, a evasão de reservas era invariavelmente maior em termos relativos para as economias primário-exportadoras, que, além de sofrerem com a queda da atividade econômica, puxada pela redução do *quantum* exportado, não conseguiam, senão a duras penas, cortar gastos com artigos importados.

A conjunção desses elementos é fundamental para entender as sucessivas crises no balanço de pagamentos ocorridas na economia primário-exportadora baseada no café. A recorrência dessas crises sugere que a restrição externa era uma realidade indissolúvel da economia brasileira, cuja raiz do problema se manifestava no fato de que a estrutura produtiva do país era especializada (ou seja, havia precário desenvolvimento das forças produtivas e pequena diversificação da estrutura produtiva) bem como (e por isso mesmo) pelo fato de que as condições de sua inserção no mercado internacional eram adversas, dado que a mudança de preços relativos normalmente se dava contra os preços dos produtos importados, comparados aos preços dos manufaturados a serem importados. Assim sendo, mesmo nos momentos em que essa condição não se expressava no encolhimento do estoque de reservas metálicas e de moedas conversíveis, a situação externa justificava cuidados, pois possuía uma atração incontrolável por situações críticas. Isto é, mesmo nos momentos de pujança do comércio e da liquidez internacionais, a bonança nas contas externas tendia invariavelmente para a tempestade. Em outros termos, Alvarenga Jr. e Mattos (2013) expressam esse mesmo raciocínio:

[...] sua sustentação [a do padrão ouro-libra] em países periféricos, mesmo em momentos de expansão do fluxo de comércio e capitais internacional, era potencialmente crítica e invariavelmente assimétrica. Isto porque havia no padrão ouro-libra um enganoso e efêmero sentimento de equilíbrio externo curto-prazista na periferia nos ciclos de expansão mundial, dado tanto pelo próprio descasamento do balanço comercial — haja vista a sujeição da periferia em importar produtos com maior valor agregado do que aqueles que figuravam em sua pauta de exportações, ou, ainda, pela maior elasticidade renda das importações dos países subdesenvolvidos em relação aos países industriais nas transações comerciais entre centro e periferia — ou por fim, pelos efeitos dinâmicos sobre as transações correntes da contratação de novas dívidas via conta de capitais. Ainda que países como o Brasil conseguissem conquistar superávits comerciais em alguns anos, o caráter estruturalmente deficitário nas contas de serviços e renda tendia a preservar tais países no ranking das nações tomadoras de empréstimos externos. Neste sentido, cabe ressaltar a existência de uma inconsistência temporal no equilíbrio externo pautado em financiamentos sucessivos via conta capital de déficits estruturais nas transações correntes. Se, por um lado, a obtenção de capital externo em igual montante para cobrir o valor do déficit em transações correntes poderia se mostrar suficiente para equilibrar o balanço de pagamentos em um dado período, a necessidade de pagamento dos serviços da dívida contraída tendia a aumentar, por outro lado, [...], o déficit na conta de serviços e rendas nos períodos subsequentes e, logo em seguida, a piorar a situação nas transações correntes. (*Ibid.*, p. 8-9)

Em suma, seja pela assimetria constitutiva do regime monetário internacional, pela tendência ao acima aludido distúrbio no balanço de pagamentos ou ainda pelo tempo necessário para que, segundo a visão de Furtado, as alterações no vetor de preços e na absorção interna operassem sua “mágica reequilibrada”, o fato é que o sistema baseado no padrão ouro-libra, não em raras ocasiões, notadamente nos momentos de crise econômica global, esticava as contas externas de países periféricos para além da capacidade de sustentação do câmbio fixo. O ponto central das dificuldades residia no fato de que, na periferia, a estrutura produtiva era especializada, de tal maneira que esta pouca diversificação do parque produtivo gerava,¹⁷ entre outros problemas, uma tendência (salvas raras exceções, em momentos específicos) à deterioração dos termos de troca contra a periferia.

2. As crises na economia cafeeira e a “socialização das perdas”

A questão distributiva na economia cafeeira deve ser analisada distinguindo-se os momentos de sístole e diástole da economia global, haja vista que as peculiaridades de cada um desses períodos determinavam, em grande medida, os mecanismos de transmissão da variação do produto para a distribuição de renda. Enquanto nos momentos de expansão do ciclo da economia global a problemática da distribuição passava fundamentalmente em explicar como os lucros extraordinários da economia cafeeira eram distribuídos entre as classes e setores da sociedade, nos de contração cabia determinar como eram repartidas suas perdas.

Segundo Furtado (1959), a economia cafeeira encontrava, no romper do século XIX, condições que a condenavam a uma forma específica de expansão. Existia no país uma grande disponibilidade de terras, uma vez que uma vasta parcela do território nacional não havia sido, ainda, alocada ao uso público ou revertido ao patrimônio privado. Isto é, havia uma enorme possibilidade de apropriação privada — e sem custo, tal qual a história mostra¹⁸ — das terras devolutas. Paralelamente, a já enorme quantidade de trabalhadores recém-libertos foi acrescida pelo massivo fluxo migratório vindo da Europa para o Brasil, o que diluía ao extremo as pressões para aumentos de salário nessa economia, mesmo nos momentos de auge do ciclo econômico. Dada a elevada disponibilidade de terras e de mão de obra, as estratégias dos empresários fluíam invariavelmente para expansão da produção cafeeira baseada no aumento da área plantada.

Ademais, como o capital era escasso,¹⁹ segundo os termos da formulação de Furtado (1959), e a terra e a mão de obra se apresentavam de forma abundante, havia uma tendência incontrolável à manutenção da relação capital-trabalho e capital-produto em níveis extremamente baixos. Isto porque, dadas essas características, a busca pela maximização do lucro do empresário

17. A restrição externa dos países periféricos relacionava-se ao fato de que esses países possuíam uma pauta exportadora baseada em um único produto de fato importante (no caso do Brasil; ou dois ou três produtos de exportação, no máximo, em outros países, como a Argentina, por exemplo), o que, ao lado das restrições financeiras (dependência de financiamento externo), tornava esses países incapazes de crescer continuamente de forma consistente e expressiva por longos períodos, dado que, a qualquer movimento do ciclo internacional (por definição, bastante volátil), a deterioração dos termos de troca jogava a favor do desequilíbrio nas contas externas. De todo modo, tal qual revela Tavares (1963), ainda que o país completasse a fase de substituição de importações “fácil”, ou seja, mesmo depois que uma razoável diversificação da estrutura produtiva via industrialização tivesse ocorrido, isso não lhe livraria de problemas com o balanço de pagamentos, mas apenas alteraria a natureza dessa restrição. Embora a discussão seja de fundamental importância para a compreensão do subdesenvolvimento brasileiro, uma análise mais profunda foge aos objetivos deste ensaio.

18. Sobre o processo de apropriações indébitas de terra, ver Holston (1993), Silva (1996), Motta (2008) e Alvarenga Jr. (2014).

19. Notar que Furtado exclui a terra de sua conceituação de capital.

passava quase que de forma inevitável pela estratégia de produzir o máximo de produto com o mínimo do fator escasso, ou seja, poupando capital. Sobre esse aspecto, o autor acentua:

As condições econômicas em que se desenvolvia a cultura do café não criavam, portanto, nenhum estímulo ao empresário para aumentar a produtividade física, seja da terra seja da mão de obra por ele utilizadas. Era essa, aliás, a forma racional de crescimento de uma economia onde existiam desocupadas ou subocupadas terra e mão de obra, e onde era escasso o capital. (FURTADO, 1959, p. 162)

Não por acaso, a produtividade da economia brasileira se apresentava em patamares muito baixos, e assim persistiria enquanto a agricultura coexistisse com as condições produtivas supracitadas.

Ora, se a estrutura produtiva brasileira desconvidava os empresários a intensificar a produção, é de se supor que a economia cafeeira avançou ao longo do tempo sem economias de custos de produção relevantes. Em outros termos, se inexistiam ganhos relevantes de produtividade, tal qual assume Furtado (1959), então as reduções dos custos seriam raras e, quando existentes, se originariam de variações no preço do capital. A implicação deste fato é que as alterações da rentabilidade do setor cafeeiro estavam umbilicalmente ligadas aos ciclos da economia global, acompanhando as variações nos preços que deles decorriam, segundo a abordagem de Furtado.

A abundância de mão de obra, que contribuía para não intensificação da produção, também determinava que a maior parte, ou mesmo a totalidade, da renda extra gerada pela variação dos preços internacionais do café fosse apropriada sob a forma de lucros, pois os momentos de auge do ciclo econômico não pressionavam os salários para cima.

Analogamente, quando o ciclo se invertia, dada a manutenção dos salários em patamares já extremamente deprimidos, seria de se esperar que a redução dos preços do café concentrasse seus efeitos sobre o lucro dos cafeicultores. Isto se verificaria caso os desajustes no balanço de pagamentos fossem remediados dentro da lógica do padrão ouro-libra, ou seja, mantendo-se o câmbio fixo e deixando os preços variarem solidariamente às variações no estoque de reservas internacionais.²⁰

Entretanto, conforme foi dito no tópico anterior, o custo de financiar o “bom funcionamento” do padrão ouro-libra estava, comumente, além da capacidade da periferia em sustentar a paridade cambial estabelecida. Deste modo, quando a crise se instaurava nos países centrais, e os preços dos bens primários despencavam, a desvalorização cambial tornava-se uma questão de tempo.²¹ A conseqüente redução do valor externo da moeda tinha dois efeitos imediatos de fundamental interesse para a problemática da distribuição de renda.

20. Esse ajuste ocorreria fundamentalmente pela queda nos lucros do setor cafeeiro, cujos efeitos seriam amplos sobre a atividade econômica e corretivos para o balanço de pagamentos. A queda nos lucros geraria de imediato a redução das importações de artigos não essenciais da classe não assalariada (empresários ligados ao ramo das exportações). Posteriormente, dada a relevância desse setor para o país, a depressão dos lucros geraria efeitos multiplicadores recessivos profundos sobre a renda da coletividade, induzindo um novo ciclo de queda nas importações.

21. Lembrando que a extensão da desvalorização cambial dependia, sobremaneira, da magnitude da fuga de capitais que também acompanhava a retração do ciclo no centro da economia mundial.

De início, atenuava os efeitos da queda do preço internacional do café sobre o lucro (em moeda local) do setor cafeeiro. Ou seja, era um cabo de guerra entre duas forças que atuavam em sentido contrário na determinação do lucro do setor. De um lado, o preço do café despencava em libra, correndo a margem de lucro dos produtores do grão. Na contramão desse fato, o mil-réis se desvalorizava perante a libra, aumentando o lucro monetário dos cafeicultores quando cotado em moeda doméstica.²²

Posteriormente, a própria desvalorização induzia mudanças sobre a distribuição de renda no país na medida em que alterava o preço relativo dos bens. O conseqüente encarecimento dos produtos importados impunha o grosso do ônus do ajuste àqueles que consumiam bens não produzidos domesticamente (com destaque para os que moravam nas áreas urbanas, especialmente nas grandes cidades),²³ ao passo que melhorava a condição do setor exportador. Tratava-se aqui de uma transferência de renda de todos os consumidores de produtos importados para o setor exportador, a qual Furtado (1959) conveniou chamar de “socialização das perdas”.²⁴

Embora seja tentador simplificar o problema afirmando meramente que durante a retração do ciclo econômico global a transferência de renda ocorria do setor importador para o setor exportador, esta simplificação pode induzir ao erro, caso não esteja clara a constituição deste primeiro setor. A rigor, essa dicotomia comporta maior complexidade. A própria classe exportadora via nas importações um meio de atender parte de seus anseios por consumo, havendo, portanto, uma transferência dentro deste próprio setor. De tal sorte que os reais efeitos distributivos da desvalorização cambial dependiam das cestas de consumo dos diferentes setores e de como o preço dessas cestas se comportavam ante o encarecimento das importações. Essa diferenciação deve ser aqui mencionada, por tratar-se de mais uma forma de manifestação da desigualdade dentro da economia brasileira naquele contexto. Sobre esse aspecto, Furtado (1959) foi taxativo ao dizer que a desvalorização destilou efeitos regressivos sobre a distribuição de renda no país. Nas palavras do autor:

Bastaria atentar na composição das importações brasileiras no fim do século passado e no começo deste, 50% das quais eram constituídas por alimentos e tecido, para dar-se conta do vulto dessa transferência. Durante a depressão, as importações que se contraíam menos — dada a baixa elasticidade-renda de sua procura — eram aquelas de produtos essenciais utilizados pela grande massa consumidora. Os produtos de consumo de importação exclusiva das classes não assalariadas apresentavam elevada elasticidade-renda, dado seu caráter de não essencialidade. (FURTADO, 1959, p. 165)

22. É natural supor que os efeitos da desvalorização serviam para amortecer os solavancos da crise internacional sobre a renda interna, uma vez que se mostrava funcional para ao menos atenuar a queda dos lucros do café. Ao assim fazê-lo, evitava também uma queda mais brusca nos níveis das inversões produtivas e seus potenciais efeitos secundários para a depressão da renda (e queda do nível de emprego) para o conjunto da economia.

23. Aureliano (1981, cap.1) mostra que somente a partir de 1915 o país tornar-se-ia autossuficiente no consumo de alimentos; de todo modo, mesmo depois disso a pauta de importações ainda incluía diversos bens de primeira necessidade.

24. Em Furtado (1964), o autor, discutindo a política de enfrentamento da crise do café dos anos 1930, retoma o conceito de socialização das perdas, tal qual definido em FEB: “O objetivo dessa política era aliviar a cafeicultura, transferindo para o conjunto da população os prejuízos que de outra forma se concentrariam nesse setor. Os efeitos práticos, entretanto, foram muito mais amplos, pois o que se obteve foi a defesa do nível de emprego nos demais setores, em condições de declínio na capacidade para importar. Assim, como subproduto do realismo na defesa dos interesses cafeicultores, criaram-se condições extremamente favoráveis aos investimentos ligados ao mercado interno. Parte daí o processo de industrialização que permitirá a definitiva superação da economia colonial em crise. Desta forma, a industrialização, suporte da nova classe capitalista, é uma decorrência da crise da economia colonial e da forma como esta continua a defender-se, e não um fator causante dessa crise.” (*Ibid.*, p. 117)

25. Bastos (2008) alerta que tanto Rui Barbosa quanto Joaquim Murinho procuraram realizar algumas mudanças no sentido de introduzir pelo menos parte da tarifa com base em ouro (ou seja, acompanhando a taxa cambial), justamente para evitar perdas quando ocorressem episódios de desvalorização cambial. Mas essas medidas, de todo modo, ainda segundo Bastos (2008), exibiam pouca eficácia para a arrecadação de tributos, pois eram introduzidas de maneira parcial e/ou de forma temporária, além de encarecerem (e, portanto, desestimularem) as importações. Desta forma, episódios de desvalorização cambial tendiam a ser inevitavelmente prejudiciais à arrecadação do governo federal, implicando nos efeitos regressivos que foram mencionados acima.

26. Bastos (2009) destaca com precisão esse ponto.

27. Destaca-se aqui que a situação fiscal dos estados era impactada de forma heterogênea. A crise fiscal da União acarretava uma redução de suas transferências endereçada às diferentes unidades da federação. O impacto deste fato na saúde fiscal dos entes subnacionais tendia a ser invariavelmente pior para aqueles com pouca capacidade de geração de receita tributária própria, notadamente para os estados não produtores (ou de produção desprezível) de gêneros para exportação, sabendo que o imposto sobre os produtos exportados era, desde a promulgação da Constituição Federal de 1891, de competência exclusiva das unidades federativas (FAUSTO, 1997). Sobre os efeitos regionais de crises fiscais que inicialmente atingem o governo central e seus efeitos regressivos em termos de distribuição regional da renda, vale consultar, pelo menos, os trabalhos de Oliveira (2009) e de Araújo e Santos (2009).

Ademais, ao poder postergar — se quisesse — a importação de bens de consumo de luxo, as famílias de altas rendas podiam evitar os custos extraordinários decorrentes dos momentos de aguda desvalorização cambial, estratégia que estava vedada às camadas mais pobres da população. A alta essencialidade dos produtos que consumiam não permitia às classes de baixa renda qualquer possibilidade de postergação como estratégia de defesa em relação à alta dos preços dos artigos importados, que, dada a baixa diversificação da estrutura produtiva da economia brasileira, não encontravam substitutos no mercado doméstico.

Somado a isso, as próprias características institucionais relacionadas à política tributária ancorada no comércio exterior propagavam efeitos regressivos sobre a distribuição de renda nos momentos de crise econômica decorrente da desaceleração da economia global (e de seus efeitos sobre a taxa de câmbio). O imposto sobre importação, então a principal fonte de receita tributária do governo central, era cobrado em moeda nacional a uma taxa de câmbio fixa sobre o valor do produto importado. Quando o câmbio se desvalorizava, a parcela do imposto permanecia estável enquanto o preço da mercadoria em moeda nacional se elevava.²⁵ Ou seja, havia uma queda da participação do imposto no valor final da mercadoria, que tendia a ser tão mais expressiva quanto maior tivesse sido a desvalorização cambial. Da mesma forma, a magnitude do valor que se deixava de pagar, em função de o cálculo do imposto incidente sobre as importações ser feito com base em uma taxa fixa de câmbio, era tão maior quanto maior fosse o preço do produto em questão. Deste modo, não pesam dúvidas que essa forma de operar das finanças públicas desonerava de forma mais incisiva as classes de rendas mais elevadas, cujo consumo se voltava aos produtos importados mais caros — revelando-se mais uma dimensão regressiva do chamado processo de “socialização das perdas”.

Em paralelo, Furtado também identificou um processo regressivo que tinha origem na deterioração das contas públicas em momentos de crise econômica. Esse processo também se iniciava com a desvalorização cambial, que produzia um par de efeitos adversos sobre a saúde financeira do governo central. Em primeiro lugar porque a perda do valor externo da moeda doméstica, ao reduzir as importações, comprometia a principal fonte de receita tributária da União. Mais além, esse mesmo processo imprimia marcas no lado dos custos também, na medida em que encarecia a dívida externa pública, quando aquilatada em termos da moeda nacional.²⁶ Quando a desvalorização ocorria, o próprio funcionamento das finanças públicas procedia em favor do contágio das contas do governo, fazendo eclodir da crise externa uma crise de natureza fiscal.²⁷

Nessas ocasiões, não eram raras as vezes em que o governo se valia do

financiamento de seus déficits por meio do recurso às emissões monetárias;²⁸ tratava-se de uma tentativa de driblar o acometimento do orçamento fiscal de modo a continuar provendo os serviços públicos mais básicos. Essa estratégia, segundo Furtado (1959), tinha por resultado pressionar o nível geral de preços, onerando toda a sociedade, embora — e isso é fundamental dizer — de forma desigual entre as classes, setores e unidades da federação. Mais uma vez, a classe assalariada das zonas urbanas arcava com a maior parte do ônus da crise externa que se transmitia para o mercado interno.

Todo esse fenômeno de socialização das perdas em que a taxa de câmbio constituía o mecanismo de contágio do balanço de pagamentos para o nível de preços, e deste para a distribuição de renda, passou a figurar como fonte de querelas entre grupos sociais (e regionais)²⁹ de interesses distintos. Nesse sentido, desde o último decênio do século XIX, a intranquilidade social que esse processo gerava era significativa a ponto de não mais poder ser ignorada nos cálculos políticos. A forte desvalorização cambial experimentada após a política de expansão creditícia sem precedentes ocorrida após a deflagração da Crise de 1929 parece ter escancarado a necessidade de defender concomitantemente a renda do setor cafeeiro e evitar desvalorizações abruptas na taxa de câmbio, mantendo-a, sempre que possível, fixa em um patamar valorizado. Tratava-se, portanto, de buscar uma forma de conciliar a defesa dos lucros do setor exportador, em vista da sua importância sobre a atividade econômica, e a valorização cambial, necessária à saúde das contas públicas e ao poder de compra da coletividade, mas, acima de tudo, imposta pelos credores externos.³⁰

A seguir, alguns comentários finais a respeito do conceito de socialização das perdas e uma proposta de interpretação do mesmo sob um ponto de vista mais abrangente do que o originalmente proposto por Furtado (de todo modo, essa interpretação será feita com base, sempre, na análise da crise da economia cafeeira proposta por Furtado em FEB).

Considerações finais

Em FEB, Furtado não questiona a necessidade de um programa de defesa da renda do setor cafeeiro, porém apresenta importantes ponderações acerca de sua sustentabilidade em longo prazo. De imediato, o autor defendia que a sustentação do preço alto em um ambiente com mão de obra e terra abundantes e, sobretudo, com raras possibilidades de inversão produtiva em outros setores, tendia a levar a cenários de superprodução (BIELSCHOWSKY, 2009). Na medida em que os fatores de produção necessários eram abundantes, e, portanto, baratos, e que o lucro gerado no setor era bombeado de volta para as artérias da economia cafeeira, não haveria desestímulos ao aumento da produção. Por assim dizer, a compra de estoques, em

28. O que, para Furtado, seria um fator gerador de inflação. A apresentação desse comentário não significa, necessariamente, a concordância dos autores com a interpretação de Furtado acerca das causas da inflação (ele mesmo, em diversas outras passagens, mesmo em FEB, como também em outros livros que se seguiram à FEB, preferia destacar os aspectos estruturais relacionadas a gargalo na oferta como causa da inflação). A manutenção desse comentário, no texto acima, presta-se a manter uma continuidade nos argumentos centrais de Furtado acerca da assimetria do funcionamento do sistema internacional sob o padrão-ouro e seus efeitos socialmente disruptivos em uma sociedade como a brasileira.

29. Sobre os conflitos políticos por pelo menos as quatro décadas que precederam o Movimento de 1930, ver Fausto (1997), especialmente cap.1 do Livro Segundo. E, especificamente sobre diversos exemplos de conflitos regionais, consultar Fausto (org.) (1997), Livro Primeiro.

30. A insatisfação por parte de diversos setores (especialmente aqueles voltados à produção para o mercado interno) com os efeitos distributivos da política econômica, ao acumular-se por décadas, acabou desaguando em um processo de profundo descontentamento político que serviu de combustível ao processo revolucionário que conduziu Getúlio Vargas ao poder no final do ano de 1930. Um detalhamento sobre essas questões, porém, foge aos objetivos deste ensaio. Para uma discussão acerca da relação entre esses fatores todos e sua contribuição para a nova política econômica adotada a partir da coalizão de forças políticas que fizeram a Revolução de 1930, ver Alvarenga e Mattos (2013).

31. Um dos principais problemas desse adiamento traduz-se no aumento da fragilidade financeira do país, conforme se depreende também das interpretações de Bielschowsky (2009) e Bastos (2008). O financiamento externo de estoques crescentes de café gerava uma série de questionamentos quanto à solvência da dívida externa, cujo ritmo de expansão seguia os (des) compassos da economia cafeeira. A cada reversão externa de ciclo, porém, a confiança de que a economia brasileira proveria os recursos necessários para honrar os compromissos financeiros assumidos se deteriorava, e não apenas pela queda no preço das *commodities* agrícolas. De fato, as desvalorizações cambiais, que geralmente emergiam nos momentos de reversões cíclicas do capitalismo global, terminavam por impactar duplamente as contas públicas, no sentido claro de sua piora. Pelo lado dos gastos, a perda do valor externo do mil-réis encarecia os encargos da dívida externa. Paralelamente, pelo lado da receita, notava-se a piora na arrecadação do governo federal, então amplamente pautada no imposto sobre importações — conforme já mencionado. Assim sendo, nos momentos de crise, os títulos públicos passavam a contar com a enorme desconfiança dos credores internacionais, de modo que as aplicações externas em dívida pública tendiam a experimentar um significativo encolhimento. Se se tem por convicção que os investimentos diretos estrangeiros também tendiam a arrefecer nesses períodos, a queda nas aplicações em carteira tornava ainda mais dramático o ajuste externo na economia cafeeira.

32. Delfim Netto (2009), um cético dos mecanismos de

um dado período, só transferia o problema para os períodos subsequentes.³¹

As razões para essa tendência à crise não estavam somente no lado da oferta, embora esta fosse determinante para a sua agudização e catalisação. No lado da demanda, a possibilidade de realizar no futuro os estoques retidos de café era muito restrita, e diminuía na medida em que os estoques se avolumavam. Isto se deve ao fato de que a procura pelo produto possuía uma baixíssima elasticidade-renda, de modo que a demanda crescia pouco por ocasião da elevação da renda dos países importadores. Ao que revela Furtado, o consumo do café estava muito mais condicionado ao crescimento da população e da urbanização nos centros industriais,³² que ocorria em ritmo contínuo, porém lento.

Vale dizer que a tendência à superprodução, pelas razões acima expostas, gerava uma pressão depressiva sobre o preço do café. Os estoques que se acumulavam, e que em 1929 alcançaram em valor a décima parte do PIB daquele ano, tornavam cada vez mais custosa a política de sustentação da renda cafeeira. Mais além:

Mesmo que se lograsse evitar a superprodução [...], não seria possível evitar que a política de defesa dos preços do café fomentasse a produção desse artigo naqueles outros países que dispusessem de terras e mão de obra em condições semelhantes às do Brasil, ainda que menos vantajosas. A manutenção dos preços a baixos níveis era condição indispensável para que os produtores brasileiros retivessem sua situação de semimonopólio. Ao se prevalecerem dessa situação semimonopolística para defenderem os preços, estavam eles destruindo as bases em que se assentara o seu privilégio. Desta forma, por mais bem concebida que tivesse sido a política de defesa dos preços do café, a longo prazo ela surtiria certos efeitos negativos. (FURTADO, 1959, p. 183)

Por assim dizer, especialmente tendo ciência da capacidade que o preço do café tinha de impactar o câmbio pela alteração do *quantum* exportado, aquilo que foi gestado como remédio não tardou para reproduzir os sintomas da doença. Isto é, ironicamente, a própria política de defesa do preço do café tinha como subproduto a tendência à queda do preço do grão no longo prazo. Não por acaso, Furtado (1959) conclui que “ela precipitou e aprofundou a crise da economia cafeeira no Brasil” (*Ibid.*, p. 183).

Sobre os efeitos distributivos da política de valorização dos preços do café, o autor defendia que os empréstimos contratados junto aos bancos estrangeiros — sob o argumento de que se deveria manter o equilíbrio no balanço de pagamentos — induziam pressões inflacionárias, cujos efeitos recaiam mais pesadamente sobre a classe assalariada urbana. Isso ocorria porque ao comprar os estoques com empréstimos externos, multiplicavam-se os meios de pagamento internamente. Por sua vez, conforme considera Furtado (1959), a abrupta elevação dos meios circulantes, ao encarar uma oferta agregada inelástica no curto prazo, gerava pressões inflacionárias.³³

Essa intrincada relação entre valorização dos preços do café, desequilíbrio externo e alteração da taxa de câmbio se perpetuou ao longo de um quarto de século, seguindo fundamentalmente as mesmas características. Porém, com a eclosão da Crise de 1929, tornou-se claro de que não era mais possível financiar o acúmulo de estoques por meio da contratação de crédito externo. O regime monetário internacional se encontrava à beira do precipício e, como se não bastasse, o comércio entre países se contraía em ritmo acelerado — sem contar que, mesmo que a crise internacional não tivesse acontecido, teria ocorrido significativo acúmulo de estoques de café, dada a então inédita sequência de boas safras na segunda metade dos anos 1920, o que exigiria recursos de maior magnitude para isolar do mercado uma oferta excedente cada vez maior.³⁴

A adoção de políticas anticíclicas pós-Crise de 1929 (ALVARENGA e MATOS, 2013) e pós-mudança de poder político coloca outros elementos em discussão, caso se deseje discutir os efeitos da política econômica sobre o perfil distributivo. O contexto do “deslocamento do centro dinâmico” — que significou a mudança de cenário internacional e macroeconômico interno da economia brasileira, robustecendo o processo de industrialização — demandaria analisar outros fatores além dos que Furtado leva em consideração ao cunhar o conceito de “socialização das perdas”, mencionado inicialmente no capítulo XXVIII, no qual o autor ainda se debruçava na discussão acerca dos efeitos da transição para o trabalho assalariado.

No conjunto da análise do autor, fica muito difícil determinar com precisão os efeitos líquidos dessas políticas, bem como das demais levadas a cabo antes da Crise de 1929 sobre o perfil distributivo, dada a inexistência de dados sobre distribuição de renda para o período analisado. Sem embargo, é possível concluir, segundo a lógica da análise furtadiana, que eram evidentes os efeitos regressivos impostos pelas sucessivas crises da economia cafeeira à economia brasileira,³⁵ eventos sobre os quais o sistema econômico fornecia escassos mecanismos de defesa. De todo modo, essa discussão específica sobre a evolução do perfil distributivo brasileiro não representava o objetivo central da exposição de Furtado, cujo foco estava nas restrições externas, e não na distribuição de renda — que, conforme mencionado acima, surgia como um subproduto da discussão central colocada por ele.

Assim sendo, a maior contribuição que Furtado (1959) forneceu sobre a distribuição de renda no apogeu da economia cafeeira foi identificar a existência de seus condicionantes estruturais. O câmbio sempre foi o elemento-chave para entender a distribuição de renda na análise de Furtado sobre o período. Como as desvalorizações cambiais estavam no cerne da questão, e eram resultantes da estrutura produtiva especializada e da inserção internacional da economia brasileira, tem-se por resultado que os processos inflacionários e as consequentes transferências de renda daí decorrentes também ramificavam raízes em causas estruturais, estando, portanto, umbilicalmente ligadas à condição do Brasil como nação primário-exportadora e dependente de financiamento externo.

defesa do café, também ressalta esse ponto, a respeito dos movimentos tendenciais de demanda por café nos mercados consumidores externos.

33. Embora o argumento da inflação de demanda esteja exposto em várias passagens de FEB, os autores deste ensaio não compactuam com relação à causalidade entre aumento na oferta de moeda e elevação no índice de preços. Como contraponto à tese furtadiana, o período entre 1926 e 1928 foi pródigo na entrada de recursos externos e na (consequente) expansão da oferta de moeda em razão da emissão de notas conversíveis pela Caixa de Estabilização, sem que com isso tenham sido geradas pressões inflacionárias na economia brasileira. Ao que tudo indica, as pressões inflacionárias eram muito mais responsivas às variações na taxa de câmbio em vista dos efeitos que essas alterações imprimiam sobre o nível de preços da economia. Para mais, vide Bezerra (2015). Deve-se registrar, porém, que, em muitas passagens de FEB, Furtado também relaciona a inflação a fatores estruturais relacionados a pontos de estrangulamento na oferta. Em obras subsequentes do autor, a explicação da inflação pelas emissões monetárias vai perdendo espaço para aspectos relacionados a estrangulamentos de infraestrutura ou de oferta de insumos e/ou alimentos, por exemplo.

34. Sobre esse aspecto específico, ver também Delfim Netto (2009).

35. Não nos referimos, aqui, apenas à Crise de 1929, que foi a mais expressiva de todas.

O que a leitura proposta neste artigo permite afirmar é que o conceito de socialização das perdas pode ser interpretado de uma forma mais ampla do que aquelas mais evidentes embutidas na mudança de preços relativos promovida pela desvalorização cambial, quando renda das classes assalariadas urbanas são distribuídas em favor do setor exportador. De fato, a grande contribuição de Furtado ao tema não foi apontar um efeito redistributivo associado aos processos de desvalorização cambial, mas sim relacionar tais desvalorizações a condicionantes estruturais e a assimetrias do sistema monetário internacional. É nesse sentido que o conceito furtadiano de “socialização das perdas” pode ser visto de uma forma mais ampla do que normalmente é analisado, ou seja, segundo uma redistribuição da renda entre diferentes classes sociais.³⁶ O conceito de “socialização das perdas” pode ser também interpretado pelo seu efeito explicativo a respeito da natureza da estrutura produtiva brasileira, por um lado, e, adicionalmente, segundo as características da inserção da economia em uma ordem internacional específica e fortemente hierarquizada.

A riqueza teórica presente no estruturalismo (BIELSHOWSKY, 2010) de Furtado em FEB permite perceber como, especialmente em um cenário de crise (que se expressa pela desvalorização da taxa cambial), as dimensões e características das desigualdades (setoriais, regionais, pessoais etc.) já existentes na economia brasileira desde aquele período são amplificadas. A ampliação das múltiplas desigualdades existentes na sociedade brasileira está relacionada a diversos aspectos estruturais da economia primário-exportadora, como, por exemplo, os relacionados à forma (e limitações) da inserção periférica do país na ordem econômica internacional — e sua conseqüente dependência de financiamento externo —, ao papel do complexo cafeeiro na geração de renda e de divisas para a industrialização brasileira, à estrutura produtiva pouco diversificada, às características do acesso à posse da terra e de sua regulação histórica no Brasil, à maneira pela qual foi constituído o mercado de trabalho, às disputas políticas entre facções de classe e elites regionais e à forma como foram desenhadas as estruturas tributária (o que inclui seu relacionamento com o comércio exterior e seus efeitos regionais) e fiscal conduzidas pelo Estado brasileiro, tanto antes quanto depois de 1929 — quando a economia deixou de ser primário-exportadora e passou a ter no mercado interno a fonte principal de seu dinamismo.

Portanto, o que a leitura de FEB ensina é que uma análise mais ampla, como a proposta neste artigo, do contexto em que ocorre a situação que foi descrita por Furtado como “socialização das perdas” permite interpretar os movimentos de diversas formas de desigualdade existentes na dinâmica do funcionamento da economia cafeeira, abrindo espaço para a compreensão da concentração da renda, em todas as suas dimensões, que marcaram a constituição da sociedade salarial no Brasil e que marcariam o processo de industrialização que tomaria definitivo impulso a partir das exitosas políticas anticíclicas adotadas nos anos 1930.

§

36. E também, conforme procuramos argumentar aqui, tendo por base a própria formulação de Furtado em FEB, pelos seus efeitos também setoriais e regionais relacionados ao desenho da política tributária e ao perfil da dívida externa brasileira.

Referências

- ABREU, M.P. (Org.) (1990 a). *A ordem do progresso — Cem anos de política econômica republicana. 1889-1989*. São Paulo: Ed. Campus, 1990.
- _____. (1990b). *Crise, crescimento e modernização autoritária:1930-1945*. In: _____. (Org). *A ordem do progresso — Cem anos de política econômica republicana. 1889-1989*. Cap. 3, São Paulo: Ed. Campus, 1990.
- ALVARENGA JR., M. *Decisões sobre o uso da terra em uma economia monetária da produção: uma abordagem pós-keynesiana do efeito indireto sobre o desmatamento na Amazônia Legal no período 2002-2011*. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Economia da UFF, Niterói, RJ, 2014.
- _____.; MATTOS, F.A.M. (2013). A política econômica nos anos 1930: evidências de uma heterodoxia consciente. In: Anais do Encontro da Anpec, 2013; *Revista Análise Econômica* (UFRGS), ano 33, n. 64, set. 2015.
- ARAÚJO, T.B.; SANTOS, V.M. Desigualdades regionais e Nordeste em Formação Econômica do Brasil. In: ARAÚJO, T.P.; VIANNA, S.T.W.; MACAMBIRA, J. (Org.). *50 Anos de Formação Econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Ipea, 2009.
- ARAÚJO, T.P.; VIANNA, S.T.W.; MACAMBIRA, J. (Org.). *50 Anos de Formação Econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Ipea, 2009.
- AURELIANO, L *No limiar da industrialização*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.
- BASTOS, P.P.Z. *Centro e periferia no padrão ouro-libra: Celso Furtado subestimou a dinâmica da dependência financeira?* Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2008 (Texto para Discussão n. 138).
- _____. *Centro e periferia no padrão-ouro: qual a contribuição de Formação Econômica do Brasil?* In: ARAÚJO, T. P. et al. Rio de Janeiro: Ipea, 2009.
- _____. *Ortodoxia e heterodoxia antes e durante a era Vargas: Contribuições para uma economia política da gestão macroeconômica nos anos 1930*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2010 (Texto para Discussão n. 179).
- BEZERRA, L. M. A crise do encilhamento: uma abordagem heterodoxa. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Economia da UFF, Niterói, RJ, 2015.
- BIELSCHOWSKY, R. Vigência das contribuições de Celso Furtado ao estruturalismo. In: *Revista de la Cepal* (edição especial em português), n. 109, 2010.
- _____. *Pensamento econômico brasileiro*. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1995.
- _____. *Formação Econômica do Brasil: uma obra prima do estruturalismo cepalino*. In: ARAÚJO, T.P.; VIANNA, S.T.W.; MACAMBIRA, J. (Org.). *50 Anos de Formação Econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Ipea, 2009.
- CECCO, M. Origins of the post-war payment system. In: *Cambridge Journal of Economics*, vol. 3, n. 1, March 1979.
- DELFIN NETTO, A. *O problema do café no Brasil*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.
- FAUSTO, B. Expansão do café e política cafeeira. In: FAUSTO, B. (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III: O Brasil republicano. 1. Estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1997.
- FONSECA, P.C.D. A política e seu lugar no estruturalismo: Celso Furtado e o impacto da grande depressão no Brasil. In: *Revista Economia — Selecta*, Brasília, vol. 10, n. 4, dez. 2009.
- FURTADO, C. *Dialética do desenvolvimento*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- _____. [1959]. *Formação Econômica do Brasil*. 7ª Ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967.
- _____. *A Economia Latino-Americana*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- HOLSTON, J. Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 8, n. 21, São Paulo, fev. 1993. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_21/rbcs21_07
- MOTTA, M. M. M. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. 2ª Ed. Niterói, RJ: Ed. UFF, 2008.
- OLIVEIRA, F. Deslocamento do centro dinâmico em Celso Furtado. In: ARAÚJO, T.P.; VIANNA, S.T.W.; MACAMBIRA, J. (Org.). *50 Anos de Formação Econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Ipea, 2009.
- SILVA, L. O. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- TRIFFIN, R. The myth and the reality of the so-called Gold Standard. Cap. I. In: *The evolution of the international monetary system: Historical reappraisal and future perspectives*. Princeton: Princeton University Press, 1964.

Recebido em 03/06/2015
e aceito em 09/11/2015